DIREITO CONSTITUCIONAL

01. A Democracia não existirá e a livre participação política não florescerá onde a liberdade de expressão for ceifada, pois esta constitui condição essencial ao pluralismo de ideias, que por sua vez é um valor estruturante para o salutar funcionamento do sistema democrático. A livre discussão, a ampla participação política e o princípio democrático estão interligados com a liberdade de expressão, tendo por objeto não somente a proteção de pensamentos e ideias, mas também opiniões, crenças, realização de juízo de valor e críticas a agentes públicos, no sentido de garantir a real participação dos cidadãos na vida coletiva. São inconstitucionais os dispositivos legais que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático. Impossibilidade de restrição, subordinação ou forçosa adequação programática da liberdade de expressão a mandamentos normativos cerceadores durante o período eleitoral. Tanto a liberdade de expressão quanto a participação política em uma Democracia representativa somente se fortalecem em um ambiente de total visibilidade e possibilidade de exposição crítica das mais variadas opiniões sobre os governantes. O direito fundamental à liberdade de expressão não se direciona somente a proteger as opiniões supostamente verdadeiras, admiráveis ou convencionais, mas também aquelas que são duvidosas, exageradas, condenáveis, satíricas, humorísticas, bem como as não compartilhadas pelas maiorias. Ressalte-se que, mesmo as declarações errôneas, estão sob a guarda dessa garantia constitucional. Ação procedente para declarar a inconstitucionalidade dos incisos II e III (na parte impugnada) do artigo 45 da Lei 9.504/1997, bem como, por arrastamento, dos parágrafos 4º e 5º do referido artigo. **[ADI 4.451, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 21-6-2018, P, DJE de 6-3-2019.]**

Considerando o trecho do julgado transcrito acima, marque o item correto.

(A) A democracia constitui um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
(B) O direito fundamental à liberdade de expressão é ilimitado, embora não englobe manifestações satíricas.
(C) A inconstitucionalidade no Brasil é apenas difusa, sendo vedada a via concentrada.
(D) Para o exercício do direito à liberdade de expressão é importante que esteja presente um ambiente de visibilidade e oportunidade para a existência de exposição crítica.

02. Considerando as noções sobre Constituição trazidas pela doutrina majoritária, pode-se afirmar que:

(A) a Constituição tem por meta apenas erigir a arquitetura normativa básica do Estado.
(B) a Constituição em sentido formal é o documento escrito e solene, expondo o direito positivo.
(C) cabe ao Ministério Público e procuradorias estaduais e municipais, além da Advocacia-Geral da União (AGU), como atividade principal a função de interpretar e aplicar a Constituição e lei orgânica do Município.
(D) a Constituição em sentido substancial difere da em material por se ater não só aos valores da norma, mas principalmente à sua divisão e forma.

03. São direitos fundamentais positivados no artigo 5º da Constituição Federal de 1988:

(A) as fundações associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
(B) a pequena empresa industrial, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
(C) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".
(D) a lei assegurará por dois anos aos autores de inventos autorais privilégio pleno para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

04. Sobre a intervenção do Estado em Município, é correto afirmar.

(A) A decretação da intervenção dependerá, no caso de desobediência à ordem ou decisão judiciária, de requisição do Tribunal de Justiça local.
(B) Será realizada, caso o Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
(C) Só poderá ser decretada em caso de funcionamento do Congresso nacional.
(D) Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos jamais voltarão a estes, face o princípio da causalidade e boa-fé.

05. Dentre as competências exclusivas da União, está incluída:

(A) organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, nos termos da lei.
(B) legislar sobre comércio exterior e interestadual.
(C) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
(D) legislar sobre proteção à infância e à juventude.

06. Uma das inovações trazidas pela Constituição Federal de 1988 ao ordenamento jurídico brasileiro foi a previsão de remédio constitucional, cuja propositura competiria a qualquer cidadão no gozo de seus direitos políticos, que teria por objetivo a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. Denomina-se este remédio constitucional:

(A) mandado de segurança.
(B) mandado de injunção.
(C) ação civil pública.
(D) ação popular.

07. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, a Constituição Federal apresenta uma série de autoridades que serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência.
Assinale a alternativa que apresenta a correta ordem de sucessão presidencial.

(A) Presidente do Congresso, Presidente da Câmara, Presidente do Senado.
(B) Presidente da Câmara, Presidente do Senado, Presidente do Supremo Tribunal Federal.
(C) Presidente do Congresso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Advogado-Geral da União.
(D) Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente do Senado, Presidente da Câmara.

08. Assinale a alternativa que corretamente reproduz o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal acerca do tema "cláusula de reserva de plenário".

(A) Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta a sua incidência no todo ou em parte.
(B) Os Tribunais de Justiça poderão declarar a inconstitucionalidade de lei pela via incidental, desde que pelo voto da maioria absoluta de seus membros, excluídos dessa exigência atos que possuem apenas efeitos concretos.
(C) Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão do órgão fracionário do Tribunal que deixa de aplicar a norma infraconstitucional por entender que a incidência normativa seja resolvida mediante a sua mesma interpretação, sem potencial ofensa direta à Constituição.
(D) A reclamação constitucional fundada em afronta à Súmula Vinculante pode ser usada como sucedâneo de recurso ou de ação própria que analise a constitucionalidade de normas que foram objeto de interpretação idônea e legítima pelas autoridades jurídicas competentes.

09. Considere as alternativas a seguir:

I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
II. Garantir o desenvolvimento nacional.
III. Efetivar os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
IV. Incentivar a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

São objetivos da República Federativa do Brasil os itens:

(A) I e II.
(B) II e III.
(C) III e IV.
(D) I e IV.

10. A Constituição Federal, ao tratar do poder constituído de reforma, estabeleceu limitações circunstanciais, relacionadas a períodos de grave instabilidade política e social no país. Enquanto essas circunstâncias estiverem presentes, não é possível emendar a Constituição.
Assinale a alternativa que **NÃO** é uma limitação constitucional ao poder de reforma, de acordo com o texto da CF/1988.

(A) Estado de defesa.
(B) Estado de sítio.
(C) Estado de calamidade pública.
(D) Intervenção federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. No que diz respeito ao Direito Administrativo, assinale a afirmativa que apresenta a sua definição correta.

(A) Conjunto de normas que, visando sempre ao interesse público, regem as relações jurídicas entre as pessoas e órgãos do Estado.
(B) Conjunto de normas e princípios que, visando sempre ao interesse público, regem as relações jurídicas entre os órgãos do Estado e as coletividades a que devem servir.
(C) Conjunto de normas e princípios que, visando sempre ao interesse público, regem as relações jurídicas entre as pessoas e órgãos do Estado e entre este e as coletividades a que devem servir.
(D) Conjunto de normas e princípios que, visando aos interesses públicos e privados da coletividade, regem as relações jurídicas entre as pessoas e órgãos do Estado.

12. Acerca dos princípios do Direito Administrativo, marque a opção verdadeira.

(A) De acordo com o previsto na Constituição Federal de 1988, são princípios expressos do Direito Administrativo a legalidade, a impessoalidade, a razoabilidade, a publicidade e a eficiência.
(B) Considerada como um dos princípios reconhecidos do Direito Administrativo, a indisponibilidade prega que, uma vez que os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem aos seus agentes, cabe-lhe apenas geri-los, conservá-los e por eles velar em prol da coletividade.
(C) Pelo princípio da autotutela, pode a Administração Pública rever de ofício os seus próprios atos, desde que se limite ao aspecto da legalidade.
(D) O princípio da supremacia do interesse público reflete a busca pelo interesse estatal, ou seja, as atividades da Administração Pública são desenvolvidas para benefício do próprio Estado em si (enquanto pessoa jurídica).

13. Com relação ao poder discricionário da Administração, identifique o item verdadeiro.

(A) Diferentemente do que ocorre com o poder vinculado, o poder discricionário tem a característica de liberdade de atuação, sem restrição legal.
(B) A discricionariedade é limitada ao momento da prática do ato, não alcançando a possibilidade de revogação do mesmo.
(C) Uma vez que confere liberdade de escolha, a discricionariedade pode ser entendida como sinônimo de arbitrariedade.
(D) Um dos fatores exigidos para a legalidade do exercício desse poder consiste na adequação da conduta escolhida pelo agente à finalidade que a lei expressa.

14. Assinale a afirmativa que contém a informação correta sobre os servidores públicos.

(A) Para ingressar no serviço público, o servidor deve necessariamente ser aprovado em concurso público.
(B) Diferentemente do que ocorre com o servidor estatutário, o servidor celetista é demissível *ad nutum* (com o amparo do poder discricionário, sujeito tão somente ao juízo de conveniência e oportunidade).
(C) O cargo vitalício pressupõe que a sua perda só pode ocorrer por meio de decisão judicial, salvo se no período do estágio probatório.
(D) A criação de cargos depende da edição de lei, enquanto que a extinção pode se dar através da edição de decreto.

15. Com relação à temática que envolve a responsabilidade civil do Estado, aponte a alternativa certa.

(A) A responsabilidade civil recai tanto sobre os atos jurisdicionais quanto sobre os atos judiciários, independentemente de culpa ou dolo.
(B) O direito de regresso da Administração limita-se ao caso em que o servidor público agiu comprovadamente com dolo.
(C) Por se tratar de responsabilidade objetiva, eventual ação de reparação deve ser ajuizada exclusivamente em face da pessoa jurídica a que se encontra vinculado o servidor público causador do dano.
(D) Se a pessoa responsável for entidade federativa ou autárquica, consumar-se-á a prescrição no prazo de cinco anos contados a partir do fato danoso.

16. Acerca da desapropriação de bens pela Administração Pública, marque a opção **incorreta**.

(A) De acordo com o previsto na Constituição Federal de 1988, os pressupostos da desapropriação são utilidade pública, necessidade pública e interesse social.
(B) A desapropriação urbanística sancionatória ocorre com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de até cinco anos.
(C) A regra geral aponta a possibilidade de desapropriação de qualquer tipo de bem, por qualquer entidade federativa, de acordo com o seu local de situação (fator território).
(D) Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica.

17. No que diz respeito às hipóteses de dispensa de licitação previstas na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal n° 14.133/2021), assinale a opção verdadeira.

(A) Aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
(B) Contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de serviços de manutenção de veículos automotores e compras.
(C) Contratação que envolva valores inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia, exclusivamente.
(D) Contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade.

18. Assinale a afirmativa que contém a informação correta sobre a nulidade de contratos administrativos, de acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal n° 14.133/2021).

(A) A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido e operará efeitos *ex nunc*.
(B) Será nula a contratação feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, salvo se identificado o servidor que tiver lhe dado causa.
(C) A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.
(D) Caso a paralisação da execução ou anulação do contrato não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade, sem a necessidade de indenização por perdas e danos.

19. Considerando o conteúdo da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, identifique o item verdadeiro.

(A) A Procuradoria-Geral do Município (PGM) é uma instituição permanente, essencial ao exercício das funções administrativas e judiciais do Município, exclusivamente.
(B) A PGM é responsável pelas atividades de consultoria jurídica do Município, inclusive de suas autarquias.
(C) As competências e o funcionamento dos órgãos que integram a Procuradoria-Geral do Município devem ser disciplinados por meio de lei ordinária.
(D) A Procuradoria-Geral do Município é responsável, em toda sua plenitude, pela defesa dos interesses do Município, em juízo e fora dele.

20. Com relação à Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município, aponte a alternativa **falsa.**

(A) O Procurador do Município cumprirá o expediente normal de seis horas diárias, em um total de trinta horas semanais, podendo parte do expediente ser cumprido fora da Procuradoria-Geral, quando ocorrer motivo superior devidamente comprovado.
(B) Ao Procurador do Município é defeso confessar, desistir, acordar ou deixar de usar de todos os recursos cabíveis em processos judiciais, salvo quando expressamente autorizado pelo Procurador-Geral, nos termos da Lei.
(C) Ao Procurador do Município é proibido patrocinar a defesa de terceiros em qualquer processo judicial ou administrativo em que haja interesse do Município, sob pena de responsabilidade disciplinar e consequente perda do cargo.
(D) O Procurador do Município responderá disciplinarmente pelos danos que causar à Fazenda Pública e à Administração, em virtude de imprudência e imperícia no exercício de suas atribuições.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21. No que diz respeito à compensação tributária, assinale a afirmativa correta.

(A) A compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública pode ser autorizada por meio de decreto.
(B) É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
(C) A compensação configura modalidade de exclusão do crédito tributário.
(D) Se arguida no prazo dos embargos, a compensação pode ser admitida em sede de execução fiscal.

22. Considerando as determinações constantes da Lei Federal nº 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal), marque a opção certa com relação à Dívida Ativa da Fazenda Pública.

(A) Em qualquer fase do processo, será deferida pelo Juiz, à Fazenda Pública, a substituição dos bens penhorados por outros, de acordo com a ordem estabelecida em lei, bem como o reforço da penhora insuficiente.
(B) Não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.
(C) Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de Dívida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes.
(D) Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo em dobro para embargos.

23. Levando em conta a definição de tributo prevista no Código Tributário Nacional, identifique o item verdadeiro.

(A) Tributo pode ser entendido como o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização efetiva de serviço público específico e indivisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
(B) Tributo é a cobrança instituída para fazer face ao custo de obras públicas, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
(C) Tributo significa uma obrigação que tem por fato gerador uma situação que depende de uma atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
(D) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

24. Assinale a afirmativa que contém a informação correta sobre a repartição das receitas tributárias.

(A) A União entregará, do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, cinquenta por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.
(B) Uma vez comprovado o débito para com a União, é permitida a retenção ou restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, por determinação constitucional, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
(C) A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante referente ao produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados reservado aos Estados e ao Distrito Federal.
(D) Parcela dos impostos do Estado sobre a propriedade de veículos automotores e sobre a transmissão causa mortis e doação pertence aos municípios.

25. Com relação à temática que envolve os impostos municipais, aponte a alternativa certa.

(A) O imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis (ITBI), inclusive os de garantia, compete aos Municípios.
(B) O ITBI não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.
(C) O ITBI compete ao Município onde é realizada a operação financeira/comercial, com registro no cartório competente.
(D) Se a atividade preponderante de eventual adquirente for a locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil, sobre ela não incide o ITBI.

DIREITO CIVIL

26. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

(A) os maiores de quinze e menores de dezoito anos.
(B) os silvícolas.
(C) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
(D) os portadores de doença degenerativa.

27. As fundações como espécie de pessoa jurídica:

(A) só podem ser de natureza privada.
(B) velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas.
(C) só podem se constituir para fins de educação e assistência social.
(D) a fundação, diferentemente das outras espécies de pessoa jurídica é especial, porque decorre da reunião de indivíduos e bens.

28. Sobre bem público, é correto afirmar.
(A) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a qual administração pertencerem.
(B) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são alienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
(C) São bens públicos de uso comum do povo, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
(D) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.

29. O Município de Fortaleza, obedecendo-se a todas as normas pertinentes à espécie, adquiriu pelo valor de R$50.000,00, da empresa JJ, 1.000 carteiras escolares tipo "y", tendo a pessoa jurídica WW assinado como devedora solidária dos produtos a serem entregues até o dia 30 de maio de 2022. Sobre o negócio jurídico exposto, considerando a solidariedade como tipo de obrigação, assinale o item verdadeiro.
(A) A solidariedade entre os fornecedores do equipamento é presumida, face prevalência do setor público.
(B) Impossibilitando-se a prestação (entrega das 1.000 carteiras) por culpa de um dos devedores solidários, subsiste apenas para o culpado o encargo de pagar o equivalente e perdas e danos.
(C) O devedor WW, caso demandado, não pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais e as comuns a todos; não lhe aproveitando as exceções pessoais a outro codevedor.
(D) O pagamento parcial feito pelo devedor JJ e a remissão por ele obtida não aproveitam aos outros devedores, senão até à concorrência da quantia paga ou relevada.

30. Assinale a alternativa que corresponde a um direito real:
(A) a laje.
(B) o espaço aéreo.
(C) a locação.
(D) a penhora.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. "Art. 2º O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei."
Considerando o dispositivo acima transcrito, é correto dizer que esse positiva:
(A) o princípio da demanda e o princípio do impulso oficial.
(B) o princípio da iniciativa e o princípio da congruência.
(C) o princípio da cooperação e o princípio dispositivo.
(D) o princípio inquisitivo e o princípio da efetividade.

32. Acerca do tema mediação e arbitragem, assinale a alternativa correta.
(A) É vedada a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.
(B) A autoridade ou o órgão competente da administração pública direta para a celebração de convenção de arbitragem é a mesma para a realização de acordos ou transações.
(C) A arbitragem poderá ser de direito, sendo vedado que estabeleçam julgamento por equidade.
(D) A arbitragem que envolva a administração pública será sempre de direito e respeitará sempre o dever de sigilo.

33. Caso alguém deseje obter tutela judicial que afirme expressamente a existência de uma relação jurídica da qual faz parte, formando coisa julgada, deve ajuizar uma:
(A) ação de tutela de evidência.
(B) ação declaratória.
(C) ação de habeas data.
(D) ação de mandado de segurança.

34. Nos termos do Código de Processo Civil, serão representados em juízo, ativa e passivamente:
(A) a União, pelo Presidente da República ou pela Advocacia-Geral da União.
(B) o Estado e o Distrito Federal, pelo Governador ou por seus procuradores.
(C) o Município, por seu prefeito ou procurador.
(D) as autarquias públicas, por seus dirigentes ou procuradores.

35. A Lei nº 14.195/2021 (Lei do Ambiente de Negócios) alterou substancialmente a sistemática da citação no Código de Processo Civil brasileiro. Nos termos da atual redação do CPC, assinale a alternativa que afirma a forma preferencial em que a citação será efetivada e o prazo legal para tanto, contado da decisão que a determinar.
(A) Citação pessoal, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.
(B) Citação por carta com aviso de recebimento, no prazo de até 07 (sete) dias úteis.
(C) Citação por oficial de justiça, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.
(D) Citação por meio eletrônico, no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

36. Segundo o Código de Processo Civil de 2015, o processo será extinto, com resolução de mérito, quando:
(A) indeferir a petição inicial.
(B) verificar a ocorrência de coisa julgada.
(C) homologar a desistência da ação.
(D) decidir sobre a ocorrência de prescrição.

37. Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I. se limitar à indicação de ato normativo, ainda que explique sua relação com a causa ou questão decidida.
II. empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso.
III. não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
IV. deixar de seguir enunciado de súmula invocada pela parte, ainda que demonstre a existência de distinção no caso em julgamento.

Estão corretas as alternativas:

(A) I e II.
(B) II e III.
(C) III e IV.
(D) I e IV.

38. É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes:

(A) de quem estiver obrigado a indenizar o prejuízo, em ação regressiva, de quem for vencido no processo.
(B) do afiançado, na ação em que o fiador for réu ou assistente litisconsorcial.
(C) dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles.
(D) dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.

39. A alegação de existência de convenção de arbitragem como matéria de defesa na contestação é classificada como uma:

(A) defesa processual dilatória.
(B) defesa processual peremptória.
(C) defesa de mérito direta.
(D) defesa de mérito indireta.

40. Considerando os entendimentos sumulados do Supremo Tribunal Federal referentes ao cabimento de recurso extraordinário, é correto afirmar que:

(A) interposto o recurso extraordinário por mais de um dos fundamentos indicados na Constituição, a admissão apenas por um deles prejudica o seu conhecimento por qualquer dos outros.
(B) é admissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.
(C) não cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.
(D) cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio da legalidade, ainda que a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais.

PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO DISCURSIVA 01

Elabore dissertação sobre o tema “honorários advocatícios”. Em sua resposta, aborde as seguintes indagações:
a) O que são honorários advocatícios?
b) Qual a natureza jurídica dos honorários advocatícios?
c) Quais as espécies de honorários advocatícios?
d) É possível o recebimento de honorários advocatícios por procuradores municipais?

QUESTÃO DISCURSIVA 02

Redija uma dissertação sobre o tema “bens públicos”. Em sua resposta, aborde as seguintes indagações:

a) Segundo o Código Civil de 2002, o que são bens públicos?
b) Quais as espécies de bens públicos trazidas pelo Código Civil de 2002? Cite exemplos de cada.
c) Quais destas espécies de bens públicos podem ser alienados? Como se denomina o instituto jurídico que determina se a alienação é ou não possível?

FOLHA DE RASCUNHO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

FOLHA DE RASCUNHO

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	